

LÍNGUA PORTUGUESA

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER AS QUESTÕES NUMERADAS DE 01 A 10, ASSINALANDO A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

BOA NOTÍCIA. MAS PARA OS BANDIDOS.

O publicitário Washington Olivetto se preparava para uma virada de ano memorável. Sua agência, a W/Brasil, atravessa grande fase (teve um ano gordo e está para anunciar o fechamento de duas novas grandes contas), seu time do coração, o Corinthians, tornou-se tetracampeão brasileiro, e sua vida social, após um longo período de recolhimento, finalmente começava a voltar ao normal. Ele acreditava ter superado de vez o trauma provocado pelo seqüestro do qual foi vítima há quatro anos. Na terça - feira, no entanto, uma notícia caiu como uma bomba em seu escritório: o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os criminosos que o mantiveram por 53 dias em cativeiro terão direito ao benefício conhecido como progressão de regime. Em bom português, isso significa que, após cumprir um sexto da pena – o que ocorrerá em janeiro de 2007 – eles poderão ser transferidos para o regime semi-aberto: dormirão na cadeia, mas passarão o dia em liberdade para fazer o que bem entender, inclusive planejar, dentro do seu futuro promissor, os novos crimes. Ao tomar a decisão, o STJ ignorou solenemente, é claro, a Lei de Crimes Hediondos, que determina que, nos casos de seqüestro, os condenados devem cumprir a pena integralmente em regime fechado. Quem quer esse modelo de justiça? Não se vendem mais ilusões...

A decisão do STJ contempla quatro dos seis seqüestradores do publicitário que estão presos no Brasil, incluindo o mais perigoso deles, o terrorista chileno Maurício Hernández Norambuena. Os outros dois criminosos devem requerer em breve o mesmo benefício. No STJ, o maior defensor da progressão de regime para os seqüestradores de Olivetto foi o ministro Nilson Naves. No voto em que apoiou a concessão da medida, ele afirma que não concorda com a lei de Crimes Hediondos e, portanto, se exime de aplicá-la. É um espanto. Nenhum magistrado pode colocar suas convicções acima da legislação. “Hoje nós sabemos que mesmo que um juiz não concorde com determinada lei, não deve postergar essa lei. Tem o dever de cumpri-la”, afirma o professor Célio Borja, ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal. O principal argumento de Naves para contrariar a lei é o de que uma pena mais branda poderia ajudar na “ressocialização” dos condenados. Pode ser uma idéia nobre, mas ela mostra que o magistrado se esqueceu de quem são as pessoas que atacaram Olivetto: bandidos e criminosos experientes que vieram ao Brasil apenas para organizar seqüestros. Qualquer assaltante que encontremos no nosso caminho, talvez consigamos torná-lo sensível ao seu interesse particular, senão à nossa desgraça. Mas pedir compaixão a um seqüestrador é discorrer em vão. Enfim, qualquer justificativa que busquemos causa indignação. O STJ deveria pedir que a pena fosse cumprida integralmente, conforme a Lei de Crimes Hediondos na qual se enquadram esses criminosos, não importa se brasileiros ou estrangeiros.

(...)

É lugar-comum a afirmação de que essa não é a primeira vez que a Justiça brasileira se mete em trapalhadas para beneficiar estrangeiros que cometeram crimes graves no país. No seqüestro de Abílio Diniz, ocorrido em 1989, havia chilenos, argentinos e canadenses envolvidos. Eles receberam penas médias de vinte anos de prisão, mas, por pressão de esquerdistas irresponsáveis, acabaram todos extraditados para seus países de origem e, no fim das contas, nenhum desses bandidos ficou mais do que nove anos preso. O fato de que as provas mais clamorosas de sua culpa nesses crimes pertençam ao passado não significa que eles tenham perdido em gravidade e universalidade. E a novidade é que, desta vez, os bandidos poderão conseguir a liberdade sem nem sequer sair do Brasil.

(Texto adaptado. Revista **Veja**, 28 de dezembro de 2005. p 46)

01. Está corretamente traduzido o sentido de um segmento do texto, considerando-se o contexto, em:

- portanto se exime de aplicá-la* = porém se obriga a prescrevê-la.
- uma pena mais branda poderia ajudar na “ressocialização” dos condenados.* = um castigo mais inclemente contribuiria no processo de garantia às individualidades dos preceitos.
- o fato de que as provas mais clamorosas de sua culpa nesses crimes pertençam ao passado* = a fatalidade de que as desditas mais cabais de sua implicação nesses delitos sejam obsoletas.
- todos extraditados para seus países de origem* = todos entregues aos seus próprios países para que nestes sejam julgados pelos crimes dos quais são acusados, por ordem das autoridades do país em que se encontram.

02.

“É **lugar-comum** a afirmação de que essa não é a primeira vez que a justiça brasileira se mete em trapalhadas ...”

A leitura atenta do discurso do autor do texto nos revela que **lugar-comum** significa que a:

- a) afirmativa sobre a posição da Justiça brasileira em relação a crimes cometidos por estrangeiros, no Brasil, é feita de forma irresponsável.
- b) posição da Justiça brasileira em relação a crimes cometidos por estrangeiros, no Brasil, é tema repetitivo.
- c) Justiça brasileira se mete, de fato, em trapalhadas apenas para beneficiar estrangeiros.
- d) Justiça brasileira sempre se mete em trapalhadas nos casos em que estão envolvidos estrangeiros.

03. A respeito do primeiro parágrafo do texto lido, podemos dizer que nele predomina a ...

- a) descrição; exclusivamente com a função textual de despertar a atenção do leitor para o trauma vivido pelo publicitário Washington Olivetto, provocado pelos seqüestradores que continuam impunes no Brasil.
- b) dissertação; resumidamente com a função textual de argumentar a respeito daquilo que o autor considera trapalhadas judiciais, com o intuito de beneficiar bandidos estrangeiros que cometeram Crimes Hediondos no Brasil, como no caso dos seqüestros.
- c) narração; intencionalmente com a função textual introdutória, para explicar ao leitor algo que vai ser explicitado depois, como a concessão da medida que dá a seqüestradores direito ao benefício conhecido como progressão de regime.
- d) descrição; sinteticamente com a função textual de relatar algo que vai justificar a opinião pessoal do autor, a respeito da aplicação da Lei dos Crimes Hediondos no Brasil e sobre a posição do ministro da Justiça.

04. Se reescrevermos esse trecho: “Ao tomar a decisão, o STJ ignorou solenemente, é claro, a Lei de Crimes Hediondos ...”, alterando a ordem para obter a seguinte construção: “É claro que ao tomar a decisão o STJ ignorou solenemente a Lei de Crimes Hediondos ...”,

- a) teremos algo completamente diferente, uma vez que **É claro** passa a constituir uma oração seguida de sujeito oracional.
- b) nada mudará, pois a expressão **É claro**, mesmo deslocada para o início do período, permanecerá sem função sintática.
- c) a expressão **É claro** passa a ser apenas um recurso de linguagem para explicar uma afirmação que será feita mais adiante, no mesmo período.
- d) **É claro** passa a ser apenas um dos vários recursos que há em português para confirmar afirmação feita no texto, embora ser função sintática para tal fim.

05. Sem perder de vista o texto, julgue os itens a seguir:

- I. Em: “... um longo período de recolhimento, **finalmente** começava a voltar **ao normal**”, destacaram-se um advérbio e uma locução adverbial.
- II. No trecho: “... a notícia caiu como uma bomba em seu escritório...”, a palavra **como** tem valor semântico de **comparação**.
- III. Em: “... os criminosos **que** o mantiveram por 53 dias em cativeiro...” destacou-se o pronome relativo com função sintática de sujeito.
- IV. No trecho: “... mas passarão **o** dia em liberdade para fazer **o** que bem entender, dentro **do** seu futuro promissor, inclusive planejar **os** novos crimes ...”, destacaram-se **quatro** ocorrências de artigo definido.

O correto está em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

06. Julgue os itens a seguir:

- I. Na seguinte passagem do texto: "... hoje **nós** sabemos que mesmo que um juiz ...", **substituindo-se** o sujeito **nós** por **Vossa Excelência**, obtém-se, em consonância com a norma culta, a seguinte construção: "... hoje Vossa Excelência sabeis que mesmo que um juiz ...".
- II. Em "... Não se vendem mais ilusões", temos exemplo de voz passiva com sujeito na terceira pessoa do plural.
- III. No trecho: "... bandidos e criminosos experientes que vieram ao Brasil apenas para organizar seqüestros.", a forma verbal **vieram** concorda com o sujeito composto.
- IV. Em "Quem quer esse modelo de justiça?", o verbo concorda com a terceira pessoa do singular em virtude de o sujeito estar indeterminado.

O correto está em:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

07. Considerando que ironia seja um recurso com o qual se afirma o contrário do que se enuncia, tal recurso pode ser percebido **pelo contexto** em que se apresenta na seguinte passagem:

- a) *O publicitário Washington Olivetto se preparava para uma virada de ano memorável*, manifestado no vocábulo **memorável**
- b) *... dormirão na cadeia, mas passarão o dia em liberdade para fazer o que bem entender ...*, ratificado pela oposição de idéias que há entre **cadeia** e **liberdade**.
- c) *O principal argumento de Naves para contrariar a lei é o de que uma pena mais branda poderia ajudar na "ressocialização" dos condenados.*, reforçado pelo uso de aspas na palavra **ressocialização**.
- d) *Pode ser uma idéia nobre, mas ela mostra que o magistrado se esqueceu de quem são as pessoas que atacam Olivetto ...*, evidenciado pela carga semântica que há no adjetivo **nobre**.

08. Em: "*Hoje nós sabemos que mesmo que um juiz não concorde com determinada lei, não deve **postergar** essa lei. Tem o dever de cumpri-la*", afirma o professor Célio Borja, ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

A palavra em negrito, na passagem acima, pode ter vários significados, inclusive dentro da terminologia jurídica. No contexto em que se apresenta, **postergar** significa:

- a) polemizar.
- b) preterir.
- c) incentivar.
- d) espoliar.

09. "*O fato de que as provas mais clamorosas de sua culpa nesses crimes pertençam ao passado não significa que eles tenham perdido em gravidade e universalidade.*"; em outras palavras, pode-se dizer que:

- a) Apesar de suas culpas nesses crimes terem perdido em gravidade e universalidade, elas continuam bastante clamorosas no presente.
- b) O fato de os crimes dos seqüestradores pertencerem ao passado faz com que não os vejamos hoje com a mesma gravidade e universalidade de outrora.
- c) Esses crimes de seqüestro não perderam em gravidade e universalidade, apesar de suas marcas mais clamorosas já pertencerem ao passado.
- d) O fato de a culpa dos seqüestradores não ter perdido em gravidade e universalidade é comprovado pelas manifestações clamorosas do passado.

10. A respeito do seguinte segmento do texto:

Qualquer assaltante que encontremos no nosso caminho, talvez consigamos torná-lo sensível ao seu interesse particular, senão à nossa desgraça. Mas pedir compaixão a um seqüestrador é discorrer em vão. Enfim, qualquer justificativa que busquemos causa indignação. O STJ deveria pedir que a pena fosse cumprida integralmente conforme a Lei de Crimes Hediondos, na qual se enquadram esses criminosos, não importa se brasileiros ou estrangeiros.

Julgue os itens a seguir:

- I. Segundo a Terminologia Jurídica, o uso do verbo **pedir** é inadequado, nesse caso, porque juízes e tribunais não pedem, mas sim ordenam, mandam, decretam.
- II. O uso do conector **na qual** cria um problema de coesão porque não estabelece relação correta com o seu antecedente **pena**.
- III. O uso dos subjuntivos **encontremos** e **busquemos** tem como intencionalidade mostrar uma possibilidade.
- IV. O vocábulo **senão** equivale, nesse segmento, tanto a **exceto** como a **ou**.

O correto está em:

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.

DIREITO CIVIL

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 11 A 14, ASSINALE A (S) ALTERNATIVA (S) QUE CONTÉM AS AFIRMAÇÃO (ÇÕES) CORRETA (S).

11. Considerando a situação-problema apresentada, assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

Carlos Renato realiza contrato de locação de imóvel com Maria Joaquina, datado e registrado em 23.04.05 e com vigor até 22.03.06. O pagamento do aluguel seria realizado até o dia 5 de cada mês, no valor de R\$ 700,00 e com previsão de multa contratual de 5% ao mês por atraso no pagamento. O aluguel era recebido no domicílio do devedor pelo Sr. Alexandre Constantinus, bastante procurador da locadora. À locação apresenta-se como fiador o Sr. Jorge Luiz que se responsabiliza, solidariamente, com o locatário, pelo total cumprimento das obrigações oriundas do contrato.

Algumas situações referentes ao cumprimento das obrigações derivativas do citado contrato de locação podem ser objeto de análise:

- ✓ Até o dia 20 de julho de 2005 o mandatário da locadora não havia comparecido ao domicílio do locatário para que este cumprisse o pagamento do aluguel. Apenas no dia 25 do citado mês é que aquele comparece ao endereço desse para o recebimento do aluguel, mas apresentando recibo no valor de R\$ 735,00, posto estar aplicando multa contratual por atraso no pagamento.
- ✓ Em 05 de outubro de 2005 o bastante procurador de Maria Joaquina apresenta recibo de pagamento a Carlos Renato no valor de R\$ 735,00, alegando aplicação do reajuste contratual previsto no instrumento locatício. O locatário discorda do valor apresentado para pagamento, entendendo que houve interpretação contratual equivocada por parte do locador na aplicação do percentual de reajuste. Realiza depósito judicial, no valor de R\$ 717,50, na data convencionada para o seu cumprimento obrigacional. Transcorridos dez dias da data do depósito sem que a locadora tivesse declarado a aceitação do valor ou impugnado o mesmo, o depositante requer o levantamento desse valor.
- ✓ Em 10 de dezembro de 2005 o Sr. Jorge Luiz foi procurado pelo mandatário da locadora para cumprir o pagamento do aluguel vencido em 05 de novembro de 2005 e não pago pelo locatário. O valor apresentado para pagamento inclui multa contratual por atraso no pagamento e é devidamente quitado pelo fiador.
- ✓ O contrato de mandato celebrado entre o Sr. Alexandre Constantinus e a Sra. Maria Joaquina encerrou-se em 30 de dezembro de 2005. Mas, em 05 de janeiro de 2006, Alexandre compareceu ao domicílio do locatário que efetivou pagamento do aluguel e deste recebeu quitação do valor adimplido.

Considerando as situações apresentadas, apresentamos as seguintes assertivas:

- I. Tem cabimento o pedido de levantamento do valor pleiteado pelo depositante e, deferido este, dar-se-á o cumprimento da obrigação e de todas as conseqüências de direito dela advindas.
- II. O fiador se sub-roga nos direitos creditícios da locadora no que se refere ao cumprimento do aluguel vencido em 05 de novembro de 2005, tendo direito de cobrar do locatário o valor do principal e de todas as parcelas que sejam a ele acrescidas por convenção contratual.
- III. O pagamento feito por Carlos Renato a Alexandre Constantinus, na data de 05 de janeiro de 2006, trata-se de modalidade de pagamento indevido, não podendo o locatário alegar pagamento para credor putativo e exonerar-se do cumprimento obrigacional, dando-se como válida a quitação recebida.
- IV. Em caso de mora acipiendi o cumprimento do pagamento do aluguel dar-se-á exclusivamente no valor principal, sem onerosidade de acréscimo de qualquer parcela acessória, posto não se caracterizar o descumprimento da obrigação por parte do devedor.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.

12. O ordenamento jurídico reconhece à atividade volitiva do homem o poder criador de efeitos no mundo do direito. Os negócios jurídicos são declarações de vontade destinadas à produção de efeitos jurídicos desejados pelo agente.

Sobre os negócios jurídicos se afirma:

- I. Há elementos essenciais e imprescindíveis à existência e validade do ato negocial, pois formam sua substância e dizem respeito à capacidade do agente, à licitude do objeto e à forma da emissão de vontade.
- II. Os negócios jurídicos podem ser sob condição, que é a cláusula que, por vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto.
- III. Todo ato jurídico pressupõe uma declaração de vontade e a capacidade do agente é indispensável para a validade da produção de feitos. A capacidade deverá ser a de exercer direitos e, para determinados atos negociais, a validade precisa da legitimação do agente.
- IV. Se inexistir correspondência entre a vontade declarada e o que o agente deseja exteriorizar, o negócio jurídico será anulável, pois os negócios que apresentarem vício de vontade são passíveis de anulação, não cabendo ao agente o direito de ratificar o ato.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.

13. A propriedade é um direito real sobre a coisa, que titulariza o proprietário ao exercício dos direitos a ela inerentes. O condomínio é uma forma de direito de propriedade em conjunto, sendo os condôminos co-proprietários do bem e capacitados ao exercício comum dos direitos condominiais.

Sobre condomínio é correto afirmar:

- I. No condomínio, os co-proprietários serão responsáveis solidários sempre que assim o estipularem e, em caso de alienação da quota parte de um deles, aos demais caberá o exercício do direito de preferência.
- II. O condomínio caracteriza-se pela indivisibilidade do bem objeto do mesmo e assim o direito exercido acontece em co-propriedade, o que habilita qualquer dos condôminos a reivindicar o bem de quem indevidamente o retenha.
- III. Enquanto vigorar o condomínio, não poderá o condômino alhear a sua quota parte ou gravá-la de ônus real.
- IV. A indivisibilidade patrimonial imposta por ato de testador não poderá exceder a cinco anos, tendo os co-proprietários o direito a exigir a divisibilidade a partir do transcurso dessa temporalidade.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III, IV.
- d) I, II e IV.

14. A LICC (Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro) trata sobre vigência e interpretação das leis e, para a aplicação destas no tempo, dever-se-á respeitar o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido. Considerando vigência e revogação das leis, é correto afirmar:

- I. Em caso de contrato realizado sob a égide de lei anteriormente em vigor, com execução para tempo posterior sob a égide de lei nova, não se aplicará a este as determinações da nova lei, posto que esse contrato não é ato jurídico perfeito e deverá ter seus efeitos atingidos pela nova lei.
- II. Determinado cidadão adquiriu carteira de habilitação em 17.02.1963, data em que completara 18 anos e encontrava-se capacitado à aquisição do direito. Sua carteira de motorista tinha vencimento previsto para 17.02.05, data em que completaria 60 anos. Ocorre que, nesta data, a lei em vigor coibia a emissão de habilitação para pessoas a partir de 60 anos. Não goza esse cidadão do direito à renovação, posto que o direito adquirido pelo mesmo perdeu o vigor em 17.02.05, não tendo direito a exigibilidade da extensão do gozo.
- III. A lei em vigor em 2002, que regulamentava os contratos de leasing, tendo por objeto os veículos automotivos, exigia que o sujeito que se habilitasse a contratar tivesse maioridade civil. A capacidade civil, à época, era adquirida aos dezoito anos. No ano de 2003, Carlos realiza um contrato de leasing aos 19 anos, tendo suas parcelas divididas em 24 meses. No ano de 2004, entra em vigor novo diploma legal que determina a aquisição da maioridade civil aos 21 anos. Mesmo estando em vigor o contrato de Carlos, este não será objeto de nulidade, pois à época de sua realização o agente era plenamente capaz à realização do ato jurídico referido, considerando-se este perfeito para toda a produção de efeitos.
- IV. Em 1998, entrou em vigor lei municipal que beneficiava os portadores de deficiência visual com a isenção do pagamento de IPTU. Por fatalidade, no mesmo ano, Maria Eduarda sofreu um acidente automotivo do qual derivou sua perda de visão. Mas, desconhecendo a lei referida, não solicitou o benefício da isenção e, somente em janeiro de 2006, recebido o carnê do IPTU/06, resolveu exercer seu direito subjetivo. Ocorre que, na data de sua solicitação, a lei referida não estava mais em vigor, e esta teve seu pleito indeferido sob a justificativa de inexistência de direito adquirido e revogação da lei que o implementara.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I,II e III
- b) II,III e IV
- c) I,III e IV
- d) I,II,III e IV

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 15 A 20, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

15. O direito de propriedade inclui os direitos de posse, gozo, uso, fruição e disposição sobre o bem. A posse permitida faz de seu titular possuidor de boa fé, garantindo-lhe o exercício de alguns direitos sobre o bem objeto da mesma. Mas, há situações em que este exercício de direitos sobre o bem ocorre sem o consentimento do proprietário, caracterizando-se a má fé do possuidor.

Sobre posse de boa fé e de má fé, é correto afirmar:

- a) O possuidor de boa fé tem direito aos frutos percebidos enquanto durar sua posse e o possuidor de má fé tem o dever de responder por todos os frutos colhidos e percebidos.
- b) Ao possuidor de boa fé dar-se-á o direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, mas a ele não se atribui o direito de retenção do bem, pelo valor dessas.
- c) O possuidor de má fé não tem direito à indenização do valor das benfeitorias necessárias realizadas no bem.
- d) O possuidor de má fé tem direito a levantar as benfeitorias voluptuárias que por ele tenham sido realizadas e, na condição de possuidor, a usufruir dos frutos enquanto na posse se mantiver.

16. O Direito das Sucessões se apresenta como o conjunto de normas e princípios jurídicos que disciplinam a transmissão do patrimônio de uma pessoa falecida aos herdeiros e/ou legatários. Portanto, a sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade, respectivamente classificada em sucessão legítima e sucessão testamentária.

No que tange ao Direito Sucessório é correto afirmar:

- a) Maria, por testamento cerrado, deixou a sua casa, localizada na rua X, nº 10, para o Sr. João da Silva, esclarecendo expressamente que, no caso de João não aceitar o legado, haveria substituição vulgar, destinando a casa a sua prima Maria Clara. Na abertura da sucessão o Sr. João já havia morrido, sendo a casa acrescida à sucessão legítima, face não restar expresso, no testamento, o caso de impossibilidade de aceitação, por parte do Sr. João, do bem legado.
- b) É válida a nomeação de herdeiros ou legatários de cônjuge ou companheiro (a), descendente, ascendente ou irmão da pessoa que escreveu, a rogo, o testamento.
- c) São efeitos da exclusão de herdeiro ou legatário da sucessão: os descendentes do herdeiro excluído sucedem como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão; o excluído da sucessão não terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na herança, nem à sucessão eventual desses bens; o excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado das despesas com a conservação deles.
- d) João faleceu em 06.01.2004, deixando 01 (um) filho e cônjuge (ascendente do filho de João), sendo que se encontra separado de fato de seu cônjuge há 01 (um) ano, cujo casamento ocorreu no regime de comunhão parcial de bens. A herança de João (01 casa, adquirida, mediante doação, na constância do casamento) foi destinada a seu único filho, nos termos da ordem da vocação hereditária prevista no novo Código Civil.

17. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que são direitos da criança e do adolescente a proteção à vida e à saúde, devendo haver políticas sociais públicas que permitam a efetivação da referida proteção, sendo correto afirmar:

- a) A conduta realizada pelos adolescentes, descrita como crime ou contravenção penal é considerada como ato infracional e, ocorrendo tal prática, poderá ser aplicado ao adolescente, entre outras, a medida de internação em estabelecimento educacional, com prazo máximo de 06 (seis) meses, salvo quando aplicada em razão de descumprimento reiterado de medida anteriormente imposta ao adolescente, quando o prazo de internação não poderá ser superior a três meses.
- b) Poderá haver o reconhecimento, pelos pais, conjunta ou separadamente, de filhos havidos fora do casamento, inclusive precedendo ao seu nascimento ou mesmo sucedendo ao seu falecimento. Contudo, o reconhecimento de filho já falecido somente é possível quando da existência de descendentes ou ascendentes do filho morto.
- c) O instituto da adoção somente pode ser proposto por pessoa casada, quando a adoção for requerida pelo casal, atribuindo a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres inerentes aos filhos naturais, bem como o adotado desliga-se de qualquer vínculo com os pais e parentes naturais, salvo os impedimentos matrimoniais.
- d) O Conselho Tutelar destina-se a zelar pelos direitos da criança e do adolescente e compõe-se de 05 (cinco) membros, para mandato de três anos, permitida uma recondução. Pedro deve ter sua candidatura aprovada, pois foram preenchidos os requisitos: da idade (21 anos); da reconhecida idoneidade moral do candidato; e da residência no Município.

- 18.** O Direito de Família objetiva a expressão dos princípios e normas jurídicas que norteiam as relações familiares, tanto em seus aspectos pessoais como patrimoniais, regulando o matrimônio, a união estável, a união de fato, as relações entre pais e filhos, o direito aos alimentos, o bem de família, o vínculo de parentesco, os institutos assistenciais da tutela e curatela, etc., sendo correto afirmar:
- O casamento concretiza-se (realização) no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal.
 - Segundo o Novo Código Civil, são deveres de ambos os cônjuges no casamento: a fidelidade recíproca; a vida em comum no domicílio conjugal; a mútua assistência, o sustento, guarda e educação dos filhos e o respeito e consideração mútuos. Já na união estável são deveres de ambos os companheiros: lealdade; a vida em comum, no domicílio comum; respeito e assistência; e guarda, sustento e educação dos filhos.
 - São causas, entre outras, de suspensão do poder familiar: o abuso de autoridade; a condenação por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a 01 (um) ano de prisão.
 - Os filhos menores são postos em tutela quando falecidos os pais ou sendo estes julgados ausentes, ou, ainda, em caso de ambos os pais perderem o poder familiar. Contudo, podem escusar-se da tutela: mulheres casadas; maiores de sessenta anos; aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos; os impossibilitados por enfermidade; aqueles que habitarem longe do lugar onde será exercida a tutela; aqueles que já exercem tutela ou curatela; e os militares em serviço.
- 19.** O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01.10.2003) destina-se a regular os direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta anos), sendo correto afirmar:
- Caso o idoso ou seus familiares não possuam condições de prover o próprio sustento, impõe-se ao Poder público esse provimento, no âmbito da Previdência Social.
 - Aos idosos maiores de 65 (sessenta e cinco anos) fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares, sendo que para o acesso à gratuidade faz-se necessário somente que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade. Ressalta-se que a gratuidade poderá também ser concedida às pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, sob critério da legislação local dispor acerca das condições para a respectiva concessão da gratuidade.
 - A pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco anos) tem prioridade na tramitação dos processos e procedimentos na execução dos atos e diligências judiciais, em qualquer instância, desde que figure como parte ou interveniente.
 - Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, por motivo de idade, é crime, no mesmo incorrendo, também, quem desdenhar, humilhar, menosprezar pessoa idosa, por qualquer motivo, cuja pena é de reclusão de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos e multa, sendo a pena aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.
- 20.** O novo Código Civil institui como regimes de bens no casamento: comunhão parcial de bens, comunhão universal de bens, separação de bens e participação final nos aquestos, dispondo que é lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver, podendo haver, após a celebração do casamento, a alteração do regime de bens no casamento, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros. Quanto aos regimes de bens no casamento é correto afirmar:
- O regime da separação de bens no casamento é obrigatório para a pessoa maior de sessenta e cinco anos.
 - É permitido a qualquer dos cônjuges, casados no regime de comunhão parcial de bens, sem autorização do outro, fazer doação de bem imóvel comum, desde que tal doação seja em caráter remuneratório.
 - No regime de participação final dos aquestos, se um dos cônjuges quitou voluntariamente uma dívida contraída pelo outro cônjuge, com bens do seu patrimônio, o valor do pagamento deve ser atualizado e imputado, na data da dissolução, à meação do outro cônjuge.
 - Os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do domicílio conjugal, na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, sendo nula a estipulação em contrário no pacto antenupcial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 21 A 24, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

21. O artigo 942 do Código de Processo Civil dispõe que: “o autor, expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, requererá a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados, observado quanto ao prazo o disposto no inciso IV do art. 232”. Podemos afirmar, então, que se trata de litisconsórcio:
- a) facultativo e simples.
 - b) facultativo e unitário.
 - c) necessário e simples.
 - d) necessário e unitário.
22. Em relação ao mandado de segurança é correto afirmar que a sua petição inicial deve ser apresentada em:
- a) duas vias, devendo a autoridade coatora ser notificada para, no prazo de 15 dias, prestar as informações que achar necessárias. Após, o Ministério Público será ouvido em 5 dias, sendo, então, os autos conclusos ao juiz para que a decisão seja proferida em 5 dias.
 - b) três vias, devendo a autoridade coatora ser notificada para, no prazo de 10 dias, prestar as informações que achar necessárias. Após, o Ministério Público será ouvido em 10 dias, sendo, então, os autos conclusos ao juiz para que a decisão seja proferida em 5 dias.
 - c) duas vias, devendo a autoridade coatora ser notificada para, no prazo de 10 dias, prestar as informações que achar necessárias. Após, o Ministério Público será ouvido em 10 dias, sendo, então, os autos conclusos ao juiz para que a decisão seja proferida em 10 dias.
 - d) três vias, devendo a autoridade coatora ser notificada para, no prazo de 15 dias, prestar as informações que achar necessárias. Após, o Ministério Público será ouvido em 10 dias, sendo, então, os autos conclusos ao juiz para que a decisão seja proferida em 5 dias.
23. São casos de suspeição do juiz quando:
- a) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, funcionou como órgão do Ministério Público ou for herdeiro presuntivo de uma das partes.
 - b) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, for donatário de alguma das partes ou alguma das partes for devedora do juiz.
 - c) prestou depoimento como testemunha, for herdeiro presuntivo de uma das partes ou empregador de uma das partes.
 - d) for órgão de administração de pessoa jurídica que é parte da causa, quando amigo íntimo de qualquer das partes ou quando receber dádivas antes de iniciado o processo.
24. Na ação de alimentos, quando da realização da audiência de conciliação e julgamento deverão estar presentes autor e réu. Caso o autor não compareça:
- a) o juiz deverá arquivar o pedido.
 - b) o juiz deverá dar prosseguimento ao processo, tendo em vista a natureza da ação.
 - c) o juiz deverá, de imediato, julgar o feito, após ouvir o réu e o representante do Ministério Público.
 - d) será aplicada a confissão, podendo o juiz dispensar as demais provas.

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 25 A 28, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE CONTÉM A (S) AFIRMAÇÃO (ÇÕES) CORRETA (S).

25. Considere as seguintes afirmações em matéria de atos processuais:

- I. A citação e a penhora poderão, em qualquer caso, realizar-se em domingos e feriados.
- II. A citação, mesmo quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- III. O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.
- IV. Não havendo previsão legal e nem determinação pelo juiz, será de 10 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) III.

26. Considere as seguintes afirmações em matéria de Juizados Especiais Cíveis:

- I. Os incapazes podem ser partes, devidamente representados ou assistidos, nos processos que tramitam nos Juizados Especiais Cíveis.
- II. Não é admitida qualquer forma de intervenção de terceiros, salvo a assistência.
- III. Os embargos de declaração serão interpostos no prazo de 5 dias, contados da ciência da decisão, suspendendo o prazo dos demais recursos
- IV. O mandato conferido ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II.

27. Considere as seguintes afirmações em matéria de recursos:

- I. O recorrente, a qualquer tempo, somente poderá desistir do recurso interposto com a anuência do recorrido.
- II. A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de 5 dias.
- III. Da decisão do juiz de relevar a deserção, após ter o apelante provado justo impedimento, fixando-lhe prazo para efetuar o preparo, cabe agravo de instrumento.
- IV. Não sendo admitido o recurso extraordinário, caberá agravo de instrumento no prazo de 10 dias para o Supremo Tribunal Federal e, caso este agravo de instrumento não seja admitido pelo relator, caberá agravo no prazo de 5 dias ao órgão competente para o julgamento do recurso.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV.
- b) III e IV.
- c) I.
- d) II e IV.

28. A respeito do processo cautelar, pode-se afirmar:

- I. ainda que a causa principal penda de julgamento no tribunal, o pedido de alimentos provisionais processar-se-á no primeiro grau de jurisdição.
- II. o requerido será citado para contestar o pedido no prazo de 5 dias, contando-se o prazo da efetivação da citação.
- III. ainda que interposto recurso, a medida cautelar será requerida ao juízo do primeiro grau de jurisdição.
- IV. o juiz, a requerimento da parte, pode decretar o arresto dos bens do casal, nas ações de separação judicial e de anulação de casamento, se o cônjuge os estiver dilapidando.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV.
- b) I.
- c) II e IV.
- d) III.

DIREITO PENAL

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 29 A 33, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

29. Afirma-se que o Direito Penal moderno é concebido como uma instância de controle social formalizado, cuja intervenção deve ser a última alternativa utilizada quando das lesões graves a bens jurídicos penalmente protegidos. Face a essa afirmativa marque, nas proposições abaixo, aquela que contém os princípios relacionados ao texto.
- Princípio da Lesividade e Princípio da Adequação Social.
 - Princípio da Intervenção Mínima e Princípio da Lesividade.
 - Princípio da Legalidade e Princípio da Fragmentariedade.
 - Princípio da Insignificância e Princípio da Lesividade.
30. Considerando a tipicidade como a junção de tipicidade formal e tipicidade conglobante, no caso do agente que atua no estrito cumprimento do dever legal é correto afirmar que a sua conduta é:
- típica, mas não antijurídica.
 - atípica, porque não há tipicidade material.
 - atípica, porque não há antinormatividade.
 - típica e antijurídica.
31. Antônio, acometido de uma doença incurável, decide pôr fim a própria vida, mas, sem coragem para tanto, pede a Pedro, seu amigo, que lhe aplique uma injeção que lhe será letal. Pedro, convido pela situação do amigo e querendo aliviar-lhe o sofrimento, agiu de acordo com o que lhe fora pedido, vindo Antônio a falecer. Diante do fato relatado, poderemos afirmar que houve:
- participação em crime de homicídio.
 - autoria no crime de auxílio ao suicídio.
 - participação no crime de auxílio ao suicídio.
 - autoria no crime de homicídio.
32. O empregado da empresa Vende Tudo Ltda., responsável pelo setor de cobrança, ao abordar um devedor da empresa utilizou-se de palavras ofensivas, chegando, mesmo, a ameaçá-lo. Diante de tal fato o empregado poderá ser enquadrado no crime:
- de Injúria – art. 140 CP.
 - de Ameaça – art. 147 CP.
 - contra o Consumidor – art. 71 da Lei 8078.
 - de Constrangimento Ilegal – art. 146 – CP.
33. Geraldo da Silva, prefeito de Nova-Cupuaçu, deixou de abrir processo licitatório para construção de um complexo desportivo, pretendendo, com isso, beneficiar a empresa Silva Construções e Cia, da qual era um dos sócios. A conduta de Geraldo se enquadra como:
- Peculato.
 - Prevaricação.
 - Corrupção Passiva.
 - Estelionato.

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 34 A 36, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE CONTÉM A (S) AFIRMAÇÃO (ÇÕES) CORRETA (S).

34. Considerando o instituto da prescrição, são causas exclusivamente interruptivas:

- I. A sentença de pronúncia.
- II. Enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.
- III. Enquanto não resolvida a questão incidental.
- IV. A sentença condenatória recorrível.

Somente está correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I e IV.

35. No caso da prática de um fato ilícito por um menor de 18 anos, considerando o princípio da responsabilidade e o que disciplina o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. Os pais não terão qualquer responsabilidade.
- II. O menor poderá ser responsável pela reparação do dano.
- III. Os pais serão penalmente responsáveis em razão da menoridade do filho.
- IV. A obrigação pela reparação do dano caberá aos pais do menor.

Somente está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) II e III.

36. Considerando a Lei 4898/65, que trata do Abuso de Autoridade, é correto afirmar:

- I. É considerada autoridade qualquer pessoa que exerça função pública remunerada.
- II. O crime de abuso de autoridade obedece ao disposto no art. 30 do CP, que trata da comunicabilidade das circunstâncias.
- III. Nos crimes de abuso de autoridade a ação penal é pública incondicionada, independente do disposto no art. 2º da Lei 4898/65.
- IV. As instâncias administrativas e penal não são totalmente independentes, considerando que a decisão administrativa depende da proferida na esfera criminal e vice-versa.

Somente está correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) II e III.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 37 A 46, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE CONTÉM A (S) AFIRMAÇÃO (ÇÕES) CORRETA (S).

37. A prisão é ato de constrição da liberdade, com previsão constitucional restrita pelas Leis processuais penais. Assim:

- I. A autoridade policial e seus agentes têm a faculdade de prender quem se encontre em estado de flagrante.
- II. A prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase do inquérito ou da instrução criminal, como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, somente nos crimes dolosos.
- III. A prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz
- IV. A prisão decorrente da decisão de pronúncia está vinculada à primariedade e aos bons antecedentes do réu.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) III e IV.

38. Em relação à posição jurídica da defesa, para combater a prisão preventiva, no curso do processo criminal, é correto afirmar.

- I. Inexiste recurso previsto no CPP, contra a decisão de juiz de 1º grau que a decreta.
- II. Em sede de 2º grau, cabe agravo contra despacho do relator que a decreta.
- III. Cabe recurso em sentido estrito da decisão do juiz de 1º grau que a decreta.
- IV. Cabe Habeas Corpus com fundamento em constrangimento ilegal e/ou falta de fundamentação adequada, inexistência de pressupostos, quer seja decretada em 1º ou em 2º grau de jurisdição.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.

39. Considere as seguintes afirmações sobre o Tribunal do Júri:

- I. O desaforamento pode ser decretado em decorrência de requerimento de qualquer das partes ou até mesmo pelo próprio juiz, ainda que haja a hipótese de mora no julgamento.
- II. Salvo motivo de interesse público, têm preferência para o julgamento os réus presos e entre estes os mais antigos na prisão.
- III. Não poderá o juiz instalar a sessão do júri, sem que haja o mínimo de 21 jurados presentes.
- IV. Não comparecendo o réu, por motivo legítimo, o julgamento será realizado, desde que o crime seja afiançável.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

40. No Direito Processual Penal é consagrada a viabilidade de ser interposto recurso de Apelação Criminal, pelo assistente da acusação, sendo certo que:
- I. o ofendido, ou qualquer das pessoas enumeradas no art. 31, do CPP, mesmo que não estejam habilitadas como assistentes da acusação, poderão interpor apelação, desde que o Ministério Público não o tenha feito.
 - II. estando o assistente da acusação já habilitado nos autos, o prazo para interposição da apelação será de cinco dias, mesmo que o Ministério Público já o tenha feito.
 - III. não estando o assistente habilitado nos autos poderá interpor o recurso, no prazo de quinze dias, desde que haja transitado em julgado para o Ministério Público.
 - IV. o assistente deverá interpor o recurso no prazo de cinco dias e apresentar as razões no prazo de oito dias.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e III.
 - b) I, III e IV.
 - c) I e II.
 - d) II e IV.
41. A sentença é um ato de inteligência humana, através da qual o juiz aborda questões relativas à pretensão punitiva do Estado. Sendo assim, é correto afirmar:
- I. O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da denúncia ou da queixa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
 - II. Pelo princípio da correlação entre acusação e sentença não deverá o juiz condenar o acusado, mudando circunstâncias instrumentais, modais, temporais ou espaciais de execução do delito, sem dar-lhe a oportunidade de se defender da prática de um delito diverso daquele imputado inicialmente.
 - III. A *mutatio libelli* acarretará a nulidade da sentença se o juiz não possibilitar a manifestação da defesa, com produção de prova e oitiva de novas testemunhas e, se a nova imputação jurídica vier a importar em pena mais grave, o Ministério público deverá aditar a denúncia.
 - IV. Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição; não poderá, entretanto, incluir agravantes que não tenham sido alegadas.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I e II.

42. Sobre a oitiva de testemunhas no curso do processo criminal, é correto afirmar:

- I. Nenhuma testemunha poderá se eximir de depor, inclusive o ascendente ou descendente e os demais parentes.
- II. Constatam-se os laços de parentesco e afinidade da testemunha, no momento do depoimento e não na data do fato criminoso.
- III. O ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que separado judicialmente, o irmão e o pai, a mãe ou o filho adotivo do acusado, poderão recusar-se a depor, salvo se não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- IV. As pessoas que em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, ainda que desobrigadas pela parte interessada, estão proibidas de depor como testemunhas.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV

43. Quanto à ação penal, é correto afirmar:

- I. A denúncia ou queixa narrará o fato delituoso com todas as suas circunstâncias, podendo o juiz retificá-la no momento de seu recebimento.
- II. A rejeição da denúncia ou queixa proposta por parte ilegítima, não obsta o exercício da ação penal por quem tenha legitimidade, enquanto não extinta a punibilidade.
- III. O Ministério Público tem a titularidade da ação penal pública, admitindo-se, porém, a ação penal privada subsidiária quando a denúncia não for proposta no prazo legal, podendo o Ministério Público aditar a queixa, mas não poderá retomar a ação como parte principal.
- IV. Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, esta será oferecida no prazo decadencial de 6 (seis) meses, admitindo-se a retratação, mesmo após o recebimento da denúncia.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II.
- d) I e III.

44. Quanto à competência, é correto afirmar:

- I. Nos crimes permanentes, praticados em território de mais de uma jurisdição, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- II. Nos crimes de competência do tribunal do júri, quando do julgamento, havendo desclassificação da infração para outra de competência do juiz singular, a este serão os autos remetidos.
- III. A competência do júri tem prevalência sobre a de outro órgão da jurisdição comum.
- IV. Nos crimes cometidos por autoridade detentora de foro privilegiado, a competência especial prevalecerá ainda que esta deixe o cargo no curso da ação penal.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I e IV.

45. Quanto aos crimes de competência dos juizados especiais, é correto afirmar:

- I. Nos crimes de ação penal pública condicionada, a homologação do acordo de composição dos danos cíveis acarreta a renúncia ao direito de representação.
- II. Da decisão que rejeitar a denúncia cabe recurso em sentido estrito.
- III. Não sendo o réu encontrado para ser citado pessoalmente, a citação far-se-á por edital.
- IV. Das decisões das turmas recursais cabe recurso extraordinário.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) I e IV.
- d) III e IV.

46. Sobre os recursos é correto afirmar:

- I. Os embargos infringentes e o protesto por novo júri são privativos da defesa.
- II. A apelação das decisões do tribunal do júri é limitada.
- III. Nos recursos especial e extraordinário admite-se o reexame do conteúdo fático-probatório.
- IV. Havendo erro em julgando, o recurso cabível é a carta testemunhável.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I e II.

DIREITO CONSTITUCIONAL

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 47 A 56, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

47. A Constituição Brasileira é rígida e, como tal, suscetível de modificações. Deste modo, é correto afirmar:
- Somente por três quintos de votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, será aprovada proposta de emenda à Constituição.
 - A proposta de emenda constitucional rejeitada poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, desde que a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara e do Senado.
 - Aprovada, regularmente, a proposta de emenda constitucional será promulgada pelo Presidente da República.
 - A proposta de emenda, para ser aprovada, exige o quorum de 2/3 dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
48. Como os princípios constitucionais agem direta e indiretamente sobre o ordenamento constitucional tem-se, como conseqüência, que:
- a norma programática, historicamente surgida como fruto do estado liberal, revoga, por inconstitucionalidade superveniente, os dispositivos legais anteriores que lhes sejam contrários.
 - os princípios possuem ação mediata no ordenamento constitucional, por servirem de critérios de interpretação e integração dos preceitos constitucionais, pois são eles que dão coerência geral ao sistema.
 - a ação direta dos princípios se faz sentir nos campos interpretativo, integrativo e prospectivo, neste, em razão da força expansiva dos princípios.
 - a norma programática pretende mudanças na ordem jurídica e, também, nos campos econômico e social, embora despida de força jurídica.
49. O controle jurisdicional de constitucionalidade está regulado constitucionalmente e, a respeito, é correto afirmar que:
- no caso concreto, a matriz escolhida é a do controle difuso, por via de Ação Direta no Supremo Tribunal Federal (STF).
 - a Ação Declaratória de Constitucionalidade foi introduzida no Brasil com efeito vinculante em suas decisões de mérito, ao contrário da Ação Direta de Inconstitucionalidade, cujas decisões de mérito, embora de efeito “erga omnes”, só passaram a ter efeito vinculante com a lei 9868/1999.
 - a Ação Direta de Inconstitucionalidade – Representação na vigência da constituição de 1946 –, teve, para sua proposição, os mesmos legitimados hoje elencados na Constituição da República de 1988, e tem cabimento no conflito constitucional em tese.
 - embora a Representação Direta de Inconstitucionalidade haja surgido no Brasil sob a Constituição de 1946, na modalidade interventiva, foi a Ação Declaratória de Constitucionalidade a única que, ao ser instituída pela Constituição da República, vigente, trouxe consigo, desde logo, regulado o respectivo processo.
50. São princípios de organização do Poder Judiciário:
- Os magistrados, no primeiro grau, somente adquirem a garantia constitucional da vitaliciedade, após três anos de exercício no cargo.
 - A garantia da inamovibilidade não é absoluta, eis que o magistrado poderá ser removido por deliberação do Tribunal de Justiça respectivo, por interesse público, e, mediante decisão tomada pelo quorum de maioria de dois terços do Tribunal ou órgão especial.
 - O acesso aos tribunais de segundo grau ocorrerá pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância, caso o Código de Organização Judiciária não disponha em contrário.
 - Na promoção para o Tribunal de Justiça, pelo critério de antiguidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, assegurada a ampla defesa.

51. A respeito dos precatórios judiciais, é correto afirmar que:

- a) eles não se aplicam às condenações da Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, quando se tratar de créditos de natureza alimentícia, como tal definidos em Lei Complementar.
- b) para os débitos oriundos de sentença judicial transitada em julgado, apresentados até primeiro de junho, é obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária aos respectivos pagamentos.
- c) o Supremo Tribunal Federal, em julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, firmou jurisprudência de que são considerados débitos ou obrigações de pequeno valor, para efeito de precatório judicial, os montantes iguais ou inferiores a cinco salários mínimos.
- d) o precatório judicial não se aplica, também, a pagamentos de obrigações definidas em Lei Complementar como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

52. Com relação à Ação Declaratória de Constitucionalidade, é correto afirmar:

- a) Não caberá agravo da decisão do Relator que indeferir a petição inicial.
- b) Poderá ser admitida a intervenção de terceiros em seu processo.
- c) Proposta a ação, não será admitida desistência.
- d) Terá, obrigatoriamente, de ser subscrita por advogado.

53. O Decreto que instituir Intervenção Federal em estado membro deverá, obrigatoriamente:

- a) especificar a amplitude da intervenção.
- b) nomear interventor.
- c) ser previamente aprovado pelo Congresso Nacional.
- d) ser previamente aprovado pelo Conselho da República.

54. As Súmulas Vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal deverão sempre:

- a) versar sobre matéria constitucional, tributária e administrativa.
- b) ser aprovadas por, pelo menos, metade dos integrantes do Supremo Tribunal Federal.
- c) versar sobre matéria de competência da Justiça Federal.
- d) versar apenas sobre matéria constitucional.

55. Entre as competências do Conselho Nacional de Justiça inclui-se:

- a) Propor ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre o Estatuto da Magistratura.
- b) Rever, apenas mediante provocação, processos disciplinares de juízes julgados há menos de dois anos.
- c) Representar ao Ministério Público, em caso de crime contra a Administração Pública.
- d) Elaborar, semestralmente, relatório sobre a situação do Poder Judiciário no país.

56. Os tratados internacionais sobre direitos humanos:

- a) são recepcionados, automaticamente, no sistema jurídico nacional como norma constitucional.
- b) são recepcionados por Resolução da Câmara dos Deputados, depois de submetidos à apreciação do Ministério das Relações Exteriores.
- c) são aprovados no Brasil, por Decreto presidencial, que lhes confere imediata executóriedade.
- d) podem ser convertidos em norma constitucional por processo legislativo igual àquele de Emenda Constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 57 A 62, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE CONTÉM A (S) AFIRMAÇÃO (ÇÕES) CORRETA (S).

57. Considere as afirmativas abaixo sobre licitações:

- I. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que explorem atividade econômica, sujeitam-se à Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) enquanto uma outra Lei não estabelecer o estatuto jurídico das empresas públicas.
- II. A dispensa de licitação é considerada pela doutrina como uma faculdade da Administração.
- III. O administrador tem poder discricionário para escolher o tipo de licitação.
- IV. A revogação da licitação está condicionada à existência de razões de interesse público superveniente.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) II e IV.
- b) I e II.
- c) IV.
- d) I, II e IV.

58. Considere as assertivas sobre bens públicos:

- I. Os bens das empresas públicas e sociedades de economia mista são considerados bens privados.
- II. São considerados bens de uso especial àqueles destinados à utilização de atividades administrativas.
- III. A Constituição Federal ressalva os casos em que os bens públicos são passíveis de usucapião.
- IV. A concessão de uso de bem público é o ato administrativo pelo qual o Poder Público permite o uso privativo do bem.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

59. Sobre desapropriação considere as afirmações:

- I. Os bens públicos pertencentes aos Estados podem ser desapropriados pela União.
- II. É nulo o procedimento de desapropriação não antecedido de declaração de desapropriação.
- III. É competência exclusiva da União a competência declaratória de desapropriação para fins de reforma agrária.
- IV. Como a indenização, na desapropriação, deve ser prévia, não cabe imissão provisória na posse.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II e IV.

60. São atos administrativos passíveis de revogação:

- I. Ato de adjudicação na licitação, quando já celebrado o respectivo contrato administrativo.
- II. Ato que concede licença para tratar de assuntos particulares.
- III. Ato de concessão de aposentadoria voluntária.
- IV. Ato de concessão de férias ainda não gozadas.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e IV.

61. Considere as assertivas sobre a comunicabilidade da decisão penal nas esferas administrativa e civil:

- I. A decisão penal condenatória por crime funcional sempre reflete na esfera da Administração Pública.
- II. A decisão penal condenatória causa reflexo na esfera civil da Administração, ainda que o ilícito penal não se caracterize como fato ilícito civil.
- III. A decisão penal absolutória que afirma a inexistência do fato atribuído ao servidor repercute, necessariamente, no âmbito da Administração, significando dizer que esta não poderá punir o servidor pelo fato decidido na esfera criminal.
- IV. A decisão penal que absolve o servidor por insuficiência de provas não influirá na decisão administrativa se, além da conduta penal, houver a configuração da conduta residual pelo servidor público.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.

62. Analise as seguintes afirmações sobre as entidades da Administração Indireta:

- I. Uma Empresa Pública Federal admite a participação de uma Sociedade de Economia Mista Estadual na composição de seu capital.
- II. Uma Sociedade de Economia Mista Federal tem suas ações processadas e julgadas na Justiça Federal.
- III. O Regime de Pessoal das Autarquias, das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista poderá ser estatutário ou celetista, conforme o que a Lei estabelecer.
- IV. Os bens das Empresas Públicas Federais são considerados como privados.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) II e III.

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 63 A 66, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

63. Assinale a alternativa correta sobre a estabilidade dos servidores públicos:

- a) Não pode haver efetividade sem estabilidade.
- b) A estabilidade prevista no Art. 19 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias alcançou todos os servidores públicos civis que estivessem, há pelo menos cinco anos, na data da promulgação da Constituição Federal.
- c) O Ato de exoneração de servidor em estágio probatório prescinde de formalidades legais de apuração de sua capacidade.
- d) Pode haver estabilidade sem efetividade.

64. Em relação à concessão de serviços públicos é correto afirmar:

- a) O poder concedente pode, através de Decreto, encampar serviço público concedido, desde que motivado por interesse público.
- b) As concessões dos serviços públicos são precedidas de licitação, na modalidade concorrência, da qual podem participar pessoas físicas ou jurídicas.
- c) A remuneração da concessão tem natureza de preço público e pode ser revista para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- d) O concessionário de serviço público tem responsabilidade objetiva em relação aos danos causados a terceiros, estando isento de responsabilidade o poder concedente.

65. Assinale a alternativa correta sobre limitação administrativa à propriedade:

- a) A requisição e a servidão administrativa se assemelham pelo caráter transitório.
- b) As limitações administrativas têm como fundamento o exercício do poder de polícia do Estado.
- c) A servidão administrativa tem como objetivo atender ao interesse público e incide sobre bens móveis e imóveis.
- d) A utilização de imóveis privados, para execução dos serviços eleitorais, é a modalidade de limitação à propriedade, denominada requisição.

66. Na questão abaixo analise as duas afirmações:

O Brasil não admite a existência de Tribunais com funções meramente administrativas
PORQUE
a Constituição Federal adotou o Sistema de Jurisdição Única.

Assinale a alternativa correta:

- a) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

DIREITO AGRÁRIO

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 67 A 69, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE CONTÉM A (S) AFIRMAÇÃO (ÇÕES) CORRETA (S).

67. Considere as seguintes afirmações sobre a função social da propriedade:

- I. Sob o ponto de vista jurídico-constitucional, a propriedade é considerada produtiva quando faz a correta utilização econômica da terra, de modo a atender o bem-estar da coletividade, mitigando adequadamente as disposições que regulam as relações de trabalho.
- II. O art. 186, inciso I a IV, da CF/88, dispõe sobre a função social da propriedade rural. Nele estão incluídos três elementos: um econômico (aproveitamento racional e adequado da terra), um elemento ambiental (utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente) e um elemento social (as relações de trabalho). Cumpra a função social a propriedade rural que atenda todos esses elementos.
- III. Compete, concorrentemente, à União e aos Estados, desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.
- IV. A função social da propriedade é regulada pela Constituição. A lei ordinária não pode reduzir nem aumentar os requisitos elencados na Carta Magna, podendo apenas estabelecer graus e critérios para tais requisitos.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) II e III.

68. Considere as seguintes afirmações sobre a Legislação Agrária do Estado do Pará:

- I. As terras devolutas compreendidas nos limites do Estado do Pará, e a ele exclusivamente pertencentes, somente a título de compra podem ser adquiridas, incluídas entre as devolutas aquelas cujas posses não se fundarem em títulos capazes de legitimação ou revalidação.
- II. A alienação/doação gratuita de terras devolutas, ocupadas por posseiro que tenha moradia habitual, por ato inter-vivos só poderá ocorrer após o decurso de prazo de três (3) anos, contados da expedição do respectivo título, ressalvado ao Estado o direito de preferência, nos termos da lei.
- III. Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas com cultura efetiva e moradia habitual, havidas por ocupação secundária e registradas segundo o Regulamento que baixou com o Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, que se acharem em poder do segundo proprietário ou de seus herdeiros.
- IV. É permitido o contrato de arrendamento ou parceria na exploração de terras públicas do Estado do Pará, sendo vedado em razão de segurança nacional e quando se tratar de núcleos de colonização pioneira na sua fase de implantação.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

69. Considere as seguintes afirmações sobre o Estatuto da Terra:

- I. Considera-se área aproveitável do imóvel rural aquela ocupada por benfeitoria, por floresta ou mata de efetiva prestação permanente.
- II. A União poderá atribuir, por convênio, aos Municípios, a arrecadação do Imposto Territorial Rural, ficando a eles garantida a utilização da importância arrecadada.
- III. Considera-se imóvel rural, o prédio rústico, de área contínua, localizada em área rural, que se destine à atividade agrícola produtiva.
- IV. Considera-se empresa rural o empreendimento de pessoa física que, direta e pessoalmente, é explorado por agricultor e sua família.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II.
- d) I.

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 70 A 72, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

70. Sobre os bens públicos dominiais é correto afirmar:

- a) Os terrenos de marinha carregam este nome porque pertencem à Marinha do Brasil e esta força militar foi a primeira a ser criada no Brasil pelo Rei de Portugal, sendo que todas as terras públicas, originalmente, pertenciam à Coroa Portuguesa.
- b) As terras devolutas são bens públicos dominiais, pois pertencem ao Estado, mesmo sem estarem aplicadas a qualquer uso público federal, estadual, territorial ou municipal e não se incorporaram ao domínio privado.
- c) Os terrenos de marinha e os terrenos marginais sofrem a influências das marés, sendo que os primeiros podem ser definidos como aqueles que distam 33 (trinta e três) metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831.
- d) Pela nova sistemática constitucional, trazida pela Emenda Constitucional nº 46, o terreno de marinha que estiver localizado em ilha oceânica ou costeira, que contenha sede de município, deixou de ser bem da União, passando a ser bem municipal.

71. Sobre a política agrícola e reforma agrária marque a alternativa correta:

- a) A alienação, a qualquer título, de terras públicas dependerá sempre de prévia aprovação pelo Senado Federal, excetuando-se a alienação de terras para fins de reforma agrária que será feita por decreto.
- b) Para fins de verificação de dados e informações sobre o cumprimento da função social de uma propriedade, a União está autorizada a ingressar imediatamente no imóvel de propriedade particular, requisitando força policial, se necessário.
- c) As alienações e concessões de terras públicas para fins de reforma agrária, com área superior a dois mil e quinhentos hectares, dependerão de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- d) Da sentença que fixar o preço da indenização de imóvel desapropriado para fins de reforma agrária, caberá apelação com efeito devolutivo, quando interposta pelo expropriado e, em ambos os efeitos, quando interposta pelo expropriante.

72. Sobre contratos agrários é correto afirmar

- a) São contratos que podem ser escritos ou verbais e, qualquer que seja o seu valor e forma, poderão ser provados por testemunhas, mas, quando escritos, devem conter a assinatura de 4 (quatro) testemunhas se os contratantes forem analfabetos ou não puderem assinar.
- b) O arrendamento rural, como espécie de contrato agrário, tem como objeto a cessão, por tempo indeterminado, do uso e gozo de imóvel rural, com o objetivo de ser exercida atividade de exploração agrícola, vedado o subarrendamento.
- c) As disposições legais que regem os contratos agrários são de aplicação supletiva e os direitos e vantagens nelas instituídos podem ser renunciados, desde que previamente ajustados entre as partes contratantes, sendo nula de pleno direito disposição em contrário.
- d) A diferença entre o contrato de arrendamento e o contrato de parceria rurais está no estabelecimento de prazo determinado, para o primeiro, e indeterminado, para o segundo, sendo que no arrendamento o uso do imóvel rural é específico, enquanto na parceria este uso é genérico.

DIREITO AMBIENTAL

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 73 A 80, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE CONTÉM A (S) AFIRMAÇÃO (ÇÕES) CORRETA (S).

73. Considere as seguintes afirmações sobre Licenciamento Ambiental:

- I. Trata-se de ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental, que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.
- II. Dependem de licenciamento a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
- III. O EIA/RIMA é indispensável para o licenciamento ambiental.
- IV. A audiência pública é parte obrigatória do licenciamento ambiental.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) II.
- b) III.
- c) I, II e III.
- d) II e IV.

74. Considere as seguintes afirmações sobre Direito Ambiental:

- I. O Direito Ambiental é o complexo de princípios e normas coercitivas, reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do meio ambiente em sua dimensão global, visando à sustentabilidade para as presentes e futuras gerações.
- II. A natureza jurídica do Direito Ambiental pode ser pública ou privada, porque sua defesa compete tanto ao Poder Público quanto à coletividade.
- III. O bem ambiental protegido pelo Direito Ambiental é o meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- IV. O princípio do poluidor-pagador deve ser interpretado como a possibilidade de se desenvolver atividades poluidoras, desde que se pague pela poluição causada.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e III.

75. De acordo com a Lei nº 5.887, de 1995, considere as seguintes afirmações:

- I. A estrutura funcional do Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA é um órgão normativo, consultivo e deliberativo; um órgão central executor; órgãos setoriais e órgãos locais.
- II. Um dos instrumentos da política estadual é o zoneamento costeiro.
- III. O Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC) foi criado através desta lei.
- IV. Esta lei prevê que, em caso de atividade devidamente licenciada que deseje receber incentivos, estas estarão dispensadas de comprovação da licença ambiental.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, III e IV.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.

76. Considere as seguintes afirmações sobre responsabilidade ambiental:

- I. As multas administrativas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.
- II. O Termo de Ajustamento de Conduta permite àquele que causou dano ambiental receber prazo, a fim de ajustar sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terão eficácia de título executivo extrajudicial.
- III. Em que pese haver previsão quanto à possibilidade de um único ato denotar a imposição de sanções administrativas, penais e civis, estas jamais poderão ser concomitantes, porque uma exclui a outra.
- IV. O dano ambiental é regido pela responsabilidade objetiva, fundado no risco inerente à atividade, que não prescinde da culpabilidade do agente, pois exige-se, além da ocorrência do dano, a prova do vínculo causal com o desenvolvimento ou mesmo a mera existência de uma determinada atividade humana.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) III e IV.
- c) I e II.
- d) II e III.

77. Sobre a responsabilidade por dano ambiental e sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica, é correto afirmar:

- I. Dentre os argumentos contrários à responsabilização da pessoa jurídica, destacam-se: de que o direito penal moderno se funda nos princípios da culpabilidade e da personalidade das penas; que a pessoa jurídica é incapaz de, voluntariamente, realizar conduta e atender a exigências subjetivas de tipificação, não podendo ser intimidada ou reeducada.
- II. Na Lei de Crimes Ambientais, há dispositivo legal que afirma que as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- III. Dano nuclear é o dano pessoal ou material, produzido como resultado direto ou indireto das propriedades radioativas, da sua combinação com as propriedades tóxicas ou com outras características dos materiais nucleares, que se encontrem em instalação nuclear, ou dela procedentes ou a ela enviados.
- IV. A doutrina leciona que os danos ambientais coletivos dizem respeito aos sinistros causados ao meio ambiente *lato sensu*, repercutindo em interesses difusos, pois lesam diretamente uma coletividade indeterminada ou indeterminável de titulares. Os direitos decorrentes dessas agressões caracterizam-se pela inexistência de uma relação jurídica base, no aspecto subjetivo, e pela indivisibilidade (ao contrário dos danos ambientais pessoais) do bem jurídico, diante do aspecto objetivo.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) I, II, III e IV.

78. No que tange ao Estatuto da Cidade e à Constituição Federal, é correto afirmar:

- I. A propriedade urbana e o seu exercício, consoante sua função social, sofrem formação e condicionamento de acordo com as normas urbanísticas municipais e demais disposições e diretrizes nacionais e estaduais referentes à matéria. Por consequência, estará condicionado o seu exercício ao desenvolvimento das funções urbanísticas da cidade, quais sejam: habitação, lazer, trabalho e circulação.
- II. Da leitura do art. 24, I da Constituição Federal, deduz-se que ao município não cabe o direito de legislar sobre a questão urbana, posto que não se inclui entre os entes federativos para legislar concorrentemente.
- III. Sobre o usucapião especial de imóvel urbano, a doutrina aponta duas finalidades precípuas para serem cumpridas. A primeira seria a de instrumento para regularização fundiária, assegurando o direito de moradia à população de baixa renda. Desta forma, através deste instrumento, seria revertida a exclusão da maioria da população brasileira à propriedade urbana. A segunda finalidade seria a do cumprimento da função social da propriedade urbana, forçando a utilização de espaços vazios, sob pena da perda da propriedade e democratizando, assim, o acesso à propriedade.
- IV. Na sua essência, **favelas** são assentamentos humanos precários que resultam, originalmente, da invasão de áreas urbanas privadas e públicas. Em termos jurídicos, o que distingue as favelas das outras formas de ocupação precária da terra urbana, comuns no Brasil, como, por exemplo, os chamados loteamentos “clandestinos” ou “irregulares”, é, basicamente, o fato de que os favelados – pelo menos no momento da ocupação original da terra – não têm qualquer título de posse ou propriedade.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, III e IV.

79. Considere as seguintes afirmações sobre bens ambientais:

- I. A Lei nº 8.901/94 estabelece a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra em cinquenta por cento do valor total devido aos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da Administração Indireta da União. Referida participação é entendida pelo legislador a título de compensação financeira (art. 1º da Lei nº 8.901/94), em face da exploração dos bens ambientais, e será de até três por cento sobre o valor do faturamento líquido, resultante da venda do produto mineral obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.
- II. As águas superficiais pertencem à União, quando os rios ou lagos banham mais de um Estado ou são internacionais. As demais são do domínio dos Estados-membros e dos Municípios. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios conceder a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
- III. A Reserva Legal para propriedades rurais, situadas em área de floresta localizada na Amazônia Legal, deverá ser de 80% (oitenta por cento). Entretanto, o Poder Executivo, se for indicado pelo Zoneamento Ecológico Econômico e pelo Zoneamento Agrícola, ouvidos o CONAMA, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, poderão reduzir, para fins de recomposição, a Reserva Legal, na Amazônia Legal, para até cinquenta por cento da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as áreas de Preservação Permanente, os ecótonos, os sítios e ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos.
- IV. Há previsão legal para supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente em caso de utilidade pública ou de interesse social, desde que devidamente caracterizados e motivados, em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I e IV.
- d) I, II, III e IV.

80. Sobre a Lei de Crimes Ambientais é correto afirmar:

- I. A norma penal ambiental é permeada de elementos normativos, jurídicos ou extrajurídicos. A própria natureza da matéria ambiental justifica o emprego da técnica legislativa da norma penal em branco na formulação dos tipos de injusto, respeitados os parâmetros constitucionais.
- II. No que tange à transação penal e à composição do dano ambiental, nos crimes de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental. Em outras palavras: o acordo civil para a reparação do dano ambiental será condição *sine qua non* para a transação penal. E o juiz homologará ambos.
- III. No que tange à suspensão condicional do processo, o acusado entra em regime de prova por um período determinado e, desde que cumpridas todas as condições, resultará extinta a punibilidade, sem a necessidade da comprovação da reparação do dano ambiental por meio de laudo de constatação.
- IV. No que tange à ação na lei de crimes ambientais, pode-se afirmar que a ação penal é pública incondicionada, havendo a possibilidade, em certos casos, da ação ser pública, condicionada à representação.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e IV.

**CONCURSO PÚBLICO PARA DEFENSOR PÚBLICO DE
1ª ENTRÂNCIA NO ESTADO DO PARÁ**

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	D	41	A
02	B	42	B
03	C	43	C
04	A	44	A
05	C	45	C
06	B	46	D
07	C	47	A
08	B	48	B
09	C	49	B
10	C	50	D
11	D	51	ANULADA
12	A	52	C
13	D	53	A
14	B	54	D
15	A	55	C
16	C	56	D
17	D	57	D
18	D	58	A
19	B	59	C
20	ANULADA	60	D
21	C	61	C
22	ANULADA	62	B
23	B	63	D
24	A	64	C
25	B	65	B
26	B	66	D
27	D	67	C
28	B	68	A
29	B	69	C
30	C	70	B
31	D	71	ANULADA
32	C	72	A
33	B	73	A
34	D	74	D
35	A	75	D
36	D	76	C
37	A	77	D
38	D	78	C
39	ANULADA	79	A
40	A	80	C